NOTÍCIAS CNTV
Boletim Eletrônico
Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 01/07/2013 - Edição Nº846

34 anos de uma história de muita luta e grandes vitórias

O deputado distrital e diretor da CNTV, Chico Vigilante, realizou a abertura da sessão solene com a leitura de um cordel que conta a história de luta da categoria

A história dos vigilantes do DF foi relatada, celebrada e revivida na tarde desta sexta-feira (28), em uma sessão solene especial para homenagear o Dia Nacional do Vigilante, comemorado no dia 20 de junho. Por iniciativa do deputado distrital e diretor da CNTV, Chico Vigilante, a sessão, no plenário da Câmara Legislativa, reuniu vigilantes do DF e representantes da categoria, que compuseram a mesa de atividades. Entre eles, o presidente Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Boaventura, vice-presidente do Sindicato no DF, Paulo Quadros, diretora do Sindicato, Sebastiana Oliveira, presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Sistemas de Segurança Eletrônica, Cursos deformação e Transportes de Calores no DF, Irinaldo Lima, deputada federal Érika Kokay (PT), Jose Williman, coordenador-chefe de Assuntos Legislativos do DF e o professor de Formação de Vigilantes e Profissionais da Academia Star do DF, Geraldo Marlan.

Chico Vigilante abriu a sessão lendo o conteúdo de um livreto que narra a criação da Associação dos Vigilantes, nos anos 80, antes de se tornar sindicato, em forma de cordel, e fez um breve histórico da luta da categoria, desde a primeira greve, em 1979, até os dias atuais, como a conquista do adicional por periculosidade, lei no.12.740/12, aprovada e sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, no ano passado, que institui o risco de vida da categoria, um adicional de 30%.

O parlamentar informou que um projeto de lei de sua autoria, nº313/11, aprovada na noite da última quinta-feira (27), prevê a criação de ambientes para uso privativo dos empregados terceirizados que trabalham nos órgãos da Administração Direta e Indireta do DF. Para Chico Vigilante, a maior funcionalidade do projeto de lei é assegurar maior conforto e privacidade aos empregados terceirizados. "Mais um avanço no sentido de dar dignidade aos trabalhadores", disse, relembrando que no ano passado o governador Agnelo Queiroz sancionou a lei no. 4636/12, também de sua autoria, que atende uma demanda histórica dos trabalhadores terceirizados no DF ao garantir o recebimento dos direitos trabalhistas e evitar o calote de empresas de má fé. "Portanto, esta sessão especial é uma homenagem aos nossos irmãos e a mim mesmo, porque se tem uma coisa que não abro mão é de ser vigilante", disse.

Paulo Quadros, vice-presidente do Sindicato, relatou que teve o orgulho de participar da primeira greve da categoria no estado do Piauí de onde saiu para vir morar no DF

José Boaventura, presidente da CNTV, denunciou a jornada de trabalho exaustiva e as péssimas condições de trabalho às quais muitos vigilantes são submetidos em diversos locais do país

José Boaventura denunciou a jornada de trabalho exaustiva e as péssimas condições de trabalho às quais muitos vigilantes são submetidos em diversos locais do país, como na cidade de Belo Campo, no interior da Bahia, onde vigilantes foram obrigados a trabalhar durante 36 horas seguidas dentro do Banco do Brasil. "Em muitos lugares o vigilante ain-

Sebastiana Oliveira falou do orgulho que tem da história da categoria

da é tratado como um animal, muitas vezes tendo de almoçar dentro do banheiro", relatou. Para ele, a importância da sessão está no fortalecimento da história da categoria, conquistada com muita luta. "Houve um tempo que não podíamos comprar um sapato no crédito porque nosso salário de vigilante não era aceito. Hoje tem vigilante até gastando demais no cartão", brincou.

O presidente da CNTV destacou também a importância das principais conquistas da categoria: o risco de vida, a jornada de 12/36, o colete a prova de balas, blindagem do carro forte entre outras, mas ressaltou que ainda precisam de valorização, um piso nacional único, reconhecimento de aposentadoria de fato, e enfatizou que a classe é uma das mais honestas deste país: "A categoria de vigilante é a categoria ficha limpa, obrigatoriamente, porque sem ela não podemos exercer a profissão". Segundo ele, o deputado Chico Vigilante foi determinante para todas essas conquistas e o fortalecimento da categoria no país inteiro.

O vice-presidente do Sindicato, Paulo Quadros, relatou que teve o orgulho de participar da primeira greve da categoria no estado do Piauí de onde saiu para vir morar no DF, onde entrou para o movimento sindical definitivamente, há mais de 30 anos. "Quando comecei a trabalhar no DF, recebi ticket-refeição e vale-transporte, que eu não tinha a menor ideia de que era, mas fiquei sabendo depois que já era uma conquista dos companheiros do DF", relatou.

Já Sebastiana Oliveira, representando as mulheres vigilantes, falou do orgulho que tem da história da categoria e reafirmou a coragem dos primeiros vigilantes que se organizaram no DF, fizeram a primeira greve, criaram a associação e posteriormente o Sindicato da categoria.

O olhar do patrão

Irinaldo Lima, depois de ouvir diversas críticas aos maus patrões, ressaltou que existem muitas empresas boas em Brasília. "Existe as empresas que chamamos de picaretas, mas todos passam pelo crivo do Sindicato antes de ser contratado por nossa empresa", disse. E deixou um recado para os desavisados: "A gente não chama de guarda nem de vigia, chamamos de vigilante".

Um vídeo com um relato feito pelo deputado Chico Vigilante e todos os integrantes do Sindicato do DF contou a história da categoria nos seus 34 anos. A sessão solene ainda homenageou pessoas que fazem e fizeram parte da história dos vigiantes no DF, em três grupos: homenagens póstumas, com entrega de um certificado às familiares; jornalistas e radialistas amigos e apoiadores dos vigilantes e aos próprios vigilantes. "Esta é uma maneira singela que encontramos para homenagear e agradecer pessoas que colaboraram para o crescimento da nossa categoria", observou Chico Vigilante.

Fonte: Portal Chico Vigilante

Sindicato dos vigilantes de Goiânia realiza manifestação nesta terça-feira (2)

Em apoio à luta dos companheiros do Sindicato dos Vigilantes e Seguranças de Goiânia (Sindvig), dirigentes sindicais se deslocaram de Brasília à capital goiana na manhã desta segunda-feira (1). Os secretários gerais do Sindicato dos Vigilantes do DF (Sindesv-DF), Moisés Alves da Consolação e Sebastiana de Oliveira Santana, que também é diretora da CNTV, juntamente com o secretário de Formação Santiago Nascimento Matos, se uniram aos vigilantes de Goiás para participar na tarde desta segunda-feira de uma audiência no Ministério Público do Trabalho (MPT).

A audiência foi marcada para discutir a intenção dos patrões de acabar, a partir de 1º de setembro, com a intrajornada e com a jornada de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, conforme comunicado enviado pelo sindicato patronal ao Sindvig. A concentração será na porta do Ministério Público do Trabalho (MPT), na avenida T-63 esquina com a rua C-253, no Setor Nova Suíça. Também será realizada nesta terça-feira (2) uma manifestação contra essas ameaças.

"O tema debatido aqui envolve a categoria do país inteiro. O reflexo dessa situação com o sindicato patronal pode se estender a todos os estados brasileiros. Por isso é fundamental unirmos forças, pois é assim que garantimos tantas conquistas e é também dessa forma que venceremos mais uma vez", destacou Moisés Alves.

Além disso, também está na pauta discutir sobre a convocação do MPT para tratar do fim da intrajornada e da jornada 12/36. "O fim desses pontos pode significar também o fim do vale alimentação e das horas extras, já que elas não seriam necessárias para uma carga horária de 6 horas por dia, como querem os patrões", explica Márcio Brito, presidente do Sindvig.

Segundo Brito, a maioria dos vigilantes de Goiânia, que ganha pouco mais de R$1.400, teria uma redução mensal em seus ganhos de R$294,87, sendo R$114,97 da intrajornada e R$180 de vale alimentação. Isso representa uma perda de mais de 20% em seus rendi-

mentos e também pode prejudicar os vigilantes de transporte de valores e aqueles que trabalham em escala de 44 horas semanais.

"Os vigilantes de Goiânia não aceitam nenhuma medida que tenha como consequência a redução salarial. Não vamos tirar da mesa o alimento que sustenta nossos filhos. R$300 é o supermercado de nossas famílias", alegou Brito.

Fonte: CNTV

Vigilantes do Amapá fazem manifestação por aumento salarial

Diretor Administrativo do Sindiviap, Roberto Farias

Nesta sexta-feira (28), os vigilantes do Amapá foram convocados para uma paralisação pelo Sindicato dos Vigilantes e Empregados de Empresas de Vigilância, Transporte de Valores, Curso de Vigilância, Vigilância Orgânica e similares do Estado do Amapá (Sindiviap). Os manifestantes solicitavam o cumprimento do adicional de 30% de risco de vida para a categoria, além de outras mudanças. Durante a manifestação, uma audiência de conciliação aconteceu, e a categoria não aceitou as propostas oferecidas pelas empresas.

Segundo o diretor administrativo do Sindiviap, Roberto Mendonça de Farias, que representou o presidente do sindicato durante a manifestação na Praça da Bandeira, os vigilantes realizaram o ato por diversas reivindicações. "Um dos focos é o reajuste salarial, acumulado até a data base, que é dia 1º de maio, e cumprimento imediato da lei nº 12.740 de 10 de dezembro de 2012, sancionada pela presidente Dilma Rousseff, que garante o adicional de 30% de risco de vida aos trabalhadores", comentou.

O vigilante Daniel da Silva Filho, de 40 anos, trabalha desde 1997 na profissão, estava protestando na praça. "Estamos reivindicando o pagamento dos 30%, que os patrões não pagaram e os salários atrasados. Estamos aqui para lutar pela nossa classe. São poucos vigilantes aqui, mas são muitos no estado do Amapá", alertou Filho.

Outras solicitações do grupo são melhorias nas condições trabalhistas, manutenção da jornada de trabalho, além do pagamento de horas extras e recolhimento de encargos legais por parte das empresas, que não está sendo feito.

De acordo com Farias, os outros estados brasileiros já pagam o reajuste do risco de vida, mas no Amapá essa conquista nunca foi paga. "Já são quase 7 meses desde a promulgação da lei, que não foi cumprida no estado. Enquanto estamos aqui na manifestação, está acontecendo uma audiência de conciliação com o presidente do Sindiviap e os patrões, na Justiça do Trabalho", esclareceu.

"A patronal propôs um reajuste salarial de 8% retroativo a database da categoria, além do aumento de R$ 1 no vale alimentação. O risco de vida e o retorno do regime parcial ficariam para julgamento do dicídio coletivo no Tribunal Superior do Trabalho. Mas a categoria não aceitou, e o caso foi encaminhado para Belém, onde será julgado por uma câmara especializada", concluiu Farias.

Fonte: G1

Vigilantes fazem manifestação na Praça da Bandeira

Vigilantes da UPA de Campos, RJ, ameaçam nova paralisação

Vigilantes da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), de Guarus, em Campos dos Goytacazes, Norte do Rio, ameaçam paralisar suas funções, mais uma vez, nesta segunda-feira (1º), por não terem recebido o salário do mês de maio e por estarem há oito meses recebendo seus vencimentos com atrasos.

Segundo os vigilantes, a empresa Centauro nunca pagou o salário no quinto dia útil do mês e ainda não paga a multa de 20% por não efetuar os pagamentos em dia. Ao todo, 12 vigilantes trabalham na UPA e recebem o salário de R$ 1.300, incluindo adicional de risco.

A Centauro, empresa responsável pelo serviço de vigilância da UPA, prometeu aos funcionários que efeturia o pagamento no dia 30 de junho mas, como a data cai no domingo, os vigilantes estão preocupados. Caso não seja realizado o pagamento, eles afirmam que voltam a cruzar os braços.

Fonte: G1

BRINK'S desrespeita Lei trabalhista e demite mais três funcionários

A empresa BRINK'S não perde tempo quando é para jogar no lixo todas as Leis trabalhistas que protegem o trabalhador. No último dia 12, utilizando sua "cartilha de conduta Interna" e sua longa experiência em tripudiar sobre seus funcionários, aplicou a pena capital a qualquer trabalhador: demissão por "justa causa".

A BRINK'S tradicionalmente se comporta acima de tudo, de todos, e agora, se põe acima da Lei. Porém, o SindForte não admite em hipótese alguma lesão ao direito de seus sindicalizados. Em reunião com o gerente local da empresa, o presidente do SindForte-RN, Tertuliano Santiago, o diretor de Comunicação, Rômulo Pessoa e o diretor-tesoureiro, Alexandre Lima, foram apresentadas a posição do sindicato e as resoluções que seriam tomadas pela entidade.

"A demissão por justa causa em nosso trabalho é de extrema gravidade, pois lidamos com valores de terceiros e, quando isto acontece, fica parecendo às pessoas de fora do nosso círculo, que houve uma apropriação indébita. Para um profissional é uma carga psicológica muito grande, principalmente quando não existiu deslize dessa natureza", falou Santiago, presidente do SindForte.

O SindForte afirma que não compactuará com irregularidades cometidas por seus associados, mas também não vai permitir excessos por parte das empresas, que buscam a todo reduzir seus custos demitindo funcionários porque deram um cochilo durante o trabalho: " Ora, o sono é uma reação física ao cansaço, os vigilantes da BRINK'S são submetidos a estressantes jornadas de trabalho podendo resultar na fadiga. Quem está ali, são homens, não são máquinas", disse o diretor de comunicação Rômulo Pessoa.

Na próxima semana o SindForte-RN convocará o novo gerente da BRINK'S para uma reunião e na oportunidade solicitará mediação da Secretaria de Relações do Trabalho (SRT), para que possam ser revertidas as demissões injustas dos profissionais.

Segundo o diretor Alexandre Lima a atitude da empresa causa indignação. "É uma postura autoritária e arcaica no trato com seus funcionários. É preciso que tomemos ações fortes contra este abuso, senão daqui a pouco você será demitido por justa causa só por ter ido ao banheiro. Além de termos a moral dos nossos companheiros expostas dessa maneira sem direito a defesa, serem demitidos sumariamente".

Vendo a desproporcionalidade das punições, o SindForte-RN já está se mobilizando para possíveis paralizações e acionou seu departamento jurídico para as ações cabíveis.

Fonte: Sindforte-RN

Transporte de valores: Julgamento de dissídio agendado para próxima quarta-feira em Vitória

A greve dos trabalhadores do transporte de valores do Espírito Santo pode estar mais perto do fim. Na próxima quarta-feira (03) será realizado o julgamento do dissídio de greve da categoria. No dia 15 de junho o Ministério Público do Trabalho (MPT) deu parecer favorável à greve. No documento, o MPT oficia pela declaração de legalidade do movimento por não haver comprovação cabal de que a greve estaria ocorrendo por meios ilícitos.

Em relação aos pedidos que motivaram a greve, o MPT opinou pela concessão de reajuste salarial de 12%, desde a data de ajuizamento da ação, bem como pelo aumento do tíquete de R$ 16 para R$ 21, considerando que as empresas já haviam concordado em conceder esses benefícios e comprovado capacidade econômica para tanto.

O MPT defendeu ainda que deve ser pago aos trabalhadores o adicional de periculosidade de 30%, instituído pela Lei 12.740/2012. Os trabalhadores de transporte de valores no Espírito Santo estão em greve desde o dia 29 de abril.

De acordo com o presidente do sindicato que representa os trabalhadores (Sindfortes-ES), a expectativa é de que o desembargador, responsável pelo julgamento do dissídio, acompanhe o parecer do MPT.

"A gente entende que o tribunal será solidário com os trabalhadores. O MPT tem acompanhado todos os nossos avanços, e esperamos que aconteça o mesmo no julgamento", disse o presidente Wildson Damacena.

Segundo estimativa do Sindfortes, cerca de 700 caixas eletrônicos estão deixando de ser abastecidos no Estado, desde o dia 29 de abril, quando teve início a greve da categoria.

Com a paralisação, cerca de R$ 120 milhões deixam de ser encaminhados a 220 caixas diariamente. Segundo o Sindicato, apenas 30% dos trabalhadores está trabalhando. A greve afeta o abastecimento de caixas eletrônicos na Grande Vitória e em municípios do Norte capixaba. Cerca de 600 trabalhadores aderiram à paralisação.

Fonte: Folha Vitória

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV - José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico e diagramação: Gustavo Bispo

site: www.vigilantecntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS edifício Venâncio Junior Tâmeo loja 09-11
Cep: 73.300-000 Brasília - DF